

NOTAS EXPLICATIVAS **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



// DIRETORIA EXECUTIVA

Prof. Dr. Daniel Monteiro Rosa - Diretor Presidente

Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira - Diretor Financeiro

Prof.ª Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi Diretora-Secretária

// CONSELHO SUPERIOR

Prof.º Reinaldo José de Miranda Filho

Prof.ª Doriana Daroit

Prof.ª Fátima de Souza Freire

Dr. Gilmar dos Santos Marques

Prof.º Henrique de Araújo Costa

Prof.ª Renata Aquino da Silva

Prof.º Renato Alves Borges

Prof.ª Roberta Mary Vidotti

Prof.º Roberto Goulart Menezes

Prof.º Sebastián Roland Marie Joseph Rondineau

Prof.º Taygoara Felamingo de Oliveira

Prof.º Wildo Navegantes de Araújo

// CONSELHO FISCAL

Prof.º Arnaldo Mauerberg Junior

Prof.º Edmilson Soares Campos

Prof.º Bruno Vinícius Ramos Fernandes

// SUPERINTENDÊNCIA

Gustavo Abrantes Condeixa

// EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Gerente de Projetos: Luiza Lavocat Galvão de Almeida Coelho

Gerente Administrativo Financeiro: Leonardo Rodrigues Nascimento

Gerente de Tecnologia da Informação: Marco Nunes

Assessor Jurídico: Carlos Roberto Valeriano Júnior

Gerente de Gestão de Pessoas: Renata Pereira Dutra

Assessora de Comunicação: Juliana Vilela de Oliveira

// FINATEC

Av. L3 Norte – Edifício Finatec

Asa Norte – Brasília – DF

CEP: 70910-900 – Caixa Postal – 4365

Campus Darcy Ribeiro

Finatec@Finatec.org.br

(61) 3974-3400

ÍNDICE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

1. Contexto operacional
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis
 - 2.1 Apuração do Resultado
 - 2.2. Ativo Circulante e Não Circulante
 - 2.3 Ativo Imobilizado
 - 2.4. Passivo Circulante e Não circulante
 - 2.5. Patrimônio Líquido
3. Instrumentos Financeiros
4. Caixa e Equivalentes de Caixa
 - 4.1 Recursos - Sem Restrição
 - 4.2 Recursos - Com Restrição
 - 4.3 Valores Registrados no Ativo Não Circulante – Sem Restrição
5. Créditos a Receber
 - 5.1 Créditos - Sem Restrição:
 - 5.1.1 Créditos - Sem Restrição (Reconhecimentos das Perdas)
 - 5.2 Contas a Receber
6. Adiantamentos Realizados – Diversos
7. Impostos a Recuperar ou Compensáveis
 - 7.1 - Impostos a Recuperar ou Compensáveis Sem Restrição
 - 7.2 Impostos a Recuperar ou Compensáveis Com Restrição
8. Depósitos Judiciais
9. Terrenos
10. Imobilizado e Intangível
 - 10.1 Administração – Sem Restrição
 - 10.2 Projetos - Com Restrição
11. Fornecedores
12. Obrigações Sociais e Trabalhistas
13. Provisões Contingenciais
14. Obrigações e Provisões Tributárias
15. Recursos dos Projetos em Execução
16. Patrimônio Líquido
 - 16.1. Superávits/Déficits Acumulados
17. Receitas
 - 17.1 Receitas sem Restrição

18. Resultados Com Restrições

18.1 Receitas com Restrição

18.2 Despesas Com Restrição

19. Custos e Despesas Operacionais / Administrativas

19.1. Despesas com Pessoal e Encargos

19.2. Despesas Administrativas

19.3. Despesas com Materiais

19.4. Despesas com Serviços de Terceiros

19.5. Despesas com Fomento e Apoio

19.6 Outras Despesas Operacionais

20. Apresentação dos Fluxos de Caixa

21. Tributos e Contribuições

21.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

21.2 PIS/COFINS

22. Seguros

23. Eventos Subsequentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucros, constituída em 8 de maio de 1992, na forma de fundação de apoio técnico e científico vinculada à Universidade de Brasília – UnB.

A Fundação tem por finalidade prestar apoio à execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de inovação, bem como a outras iniciativas compatíveis com seus objetivos estatutários, mediante a celebração de parcerias com instituições públicas e privadas.

No desempenho de suas atividades, a Fundação adota estrutura de governança e controles internos voltados à adequada gestão administrativa, financeira e patrimonial dos recursos sob sua responsabilidade, observando princípios de legalidade, transparência, prestação de contas e conformidade com as normas aplicáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Fundação realizou a gestão administrativa e financeira de 620 projetos, em conformidade com suas finalidades institucionais e estatutárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, as quais compreendem, principalmente, as disposições contidas na ITG 2000 (R1), ITG 2002 (R1), NBC TG 1000 (R1), NBC TG 07 (R1) e demais normas pertinentes.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

2.1. APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, sendo registradas no período em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

A apuração do resultado das atividades da Fundação observa a natureza dos recursos administrados. Os recursos recebidos de financiadores e vinculados à execução de projetos, classificados como recursos com restrição, são reconhecidos contabilmente em contrapartida de contas do passivo, em razão de sua destinação específica. À medida que os gastos vinculados aos respectivos projetos são incorridos, são reconhecidas as correspondentes despesas e, simultaneamente, a receita em igual montante, com a respectiva baixa dos recursos vinculados, não produzindo efeito sobre o resultado do exercício.

Por sua vez, os recursos sem restrição, correspondentes aos recursos próprios da Fundação, têm suas receitas e despesas reconhecidas no resultado pelo regime de competência, gerando superávit ou déficit no exercício.

Em razão de sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucros, a Fundação usufrui da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Superávit, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.3. ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do Ativo Imobilizado vinculados à Administração são classificados como sem restrição e apresentados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Ganhos ou perdas na baixa são reconhecidos no resultado, calculados pela diferença entre o valor de aquisição e o valor contábil líquido do ativo.

Os Ativos Imobilizados vinculados a Projetos, classificados como com restrição, não integram o patrimônio da Fundação, pois seu uso subordina-se às cláusulas contratuais do financiador, com propriedade a ser definida ao final do contrato. Nos termos da ITG 2002 (R1), aplicável a entidades sem finalidade de lucros, tais bens são segregados em contas específicas de “Bens com Restrição” no Imobilizado, contrapartidos por passivo circulante ou exigível, refletindo sua natureza condicional. Assim, não se sujeitam ao teste de impairment do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo avaliados pelo custo histórico de aquisição.

Em 2024 e 2025, a Administração reavaliou indicadores de perda no valor recuperável dos ativos sem restrição e concluiu pela ausência de mudanças significativas que justificassem novo teste de impairment, conforme procedimento adotado em exercícios anteriores.

2.4. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelo Patrimônio Social da Fundação, acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos a projetos, contas a pagar e outras obrigações. A classificação desses instrumentos observa a finalidade para a qual foram adquiridos, nos termos do CPC 48 / NBC TG 48 (equivalente à IFRS 9 Financial Instruments, emitida pelo IASB em 24 de julho de 2014), em consonância com as políticas contábeis adotadas e a NBC TG 1000 (Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor), vigente conforme resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) A concessão de auxílio financeiro aos projetos são ativos financeiros concedidos, temporariamente, conforme estabelece Ato da Diretoria Executiva da FINATEC N° 006/2015, e mediante justificativa fundamentada para auxílio financeiro aos projetos que apresentarem necessidade momentânea de caixa em virtude de atraso no repasse de recurso pelo Órgão Financiador ou para antecipação de recurso para execução do projeto para imediato ressarcimento pelo Financiador conforme estabelecido contratualmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1 RECURSOS - SEM RESTRIÇÃO

Descrição	2025	2024
Caixa	1.021,54	215,13
Bancos c/ Movimento	62.899,99	46.124,14
Aplicações Financeiras	4.582.169,64	7.081.397,04
Total - I	4.646.091,17	7.127.736,31

São relacionados aos valores que a Fundação dispõe em contas bancárias para cobertura da operação e pagamento de despesas no ano corrente.

a) O Ato da Diretoria Executiva da Finatec nº 007/2019, estabelece normas para utilização e controle de fundo, em espécie, constituído para cobertura de despesas miúdas e de pagamento imediato, pela excepcionalidade, as quais não possa subordinar-se ao processo normal de aquisição de bens e prestação de serviços;

b) As aplicações financeiras de curto prazo têm como objetivo a otimização da rentabilidade de recursos destinados a compromissos de curto prazo e à manutenção das despesas operacionais. Esses investimentos são alocados em fundos de investimento de liquidez diária, caracterizados por baixo risco e rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), garantindo disponibilidade imediata e preservação do capital.

4.2 RECURSOS - COM RESTRIÇÃO

Descrição	2025	2024
Bancos	27.438.674,90	12.049.209,68
Aplicações Financeiras	339.863.907,30	191.558.029,98
Total - II	367.302.582,20	203.607.239,66

Total Geral - I + II	371.948.673,37	210.734.975,97
-----------------------------	-----------------------	-----------------------

São recursos cuja aplicação está vinculada às regras contratuais e orçamentárias definidas pelos Financiadores para execução de projetos.

4.3 VALORES REGISTRADOS NO ATIVO NÃO CIRCULANTE – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	2025	2024
Aplicação - RF Longo Prazo	61.194.501,77	54.567.459,22
Aplicações Financeiras Sem Restrição	61.194.501,77	54.567.459,22

São oriundos das Aplicações Financeiras de Longo Prazo com a finalidade de gerar retorno financeiro e aumento do Patrimônio da Fundação ao longo dos anos.

A carteira de investimentos da Fundação é composta, substancialmente, por ativos de renda fixa, os quais representam aproximadamente 99% do patrimônio total administrado. A alocação concentra-se, principalmente, em títulos públicos federais, certificados de depósito bancário (CDBs), letras financeiras (LF, LFSN e LFSC), debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e, em menor escala, fundos de renda fixa. Tais instrumentos apresentam remuneração prefixada, pós-fixada atrelada ao CDI acrescido de spread, ou indexada a índices de preços, notadamente IPCA e IGP-M. A carteira é composta, em sua maior parte, por ativos de elevada qualidade de crédito, incluindo títulos soberanos e emissões de instituições financeiras de primeira linha.

Em conformidade com os princípios de governança, transparência e gestão prudencial dos recursos financeiros, a Fundação aprovou, por meio da Reunião do Conselho Superior nº 261/2024, sua Política de Investimentos Financeiros para o exercício de 2024. Referida política estabelece diretrizes para a alocação eficiente e segura dos ativos financeiros, observando critérios de risco, retorno e liquidez, bem como parâmetros de diversificação, concentração por emissor e aderência às necessidades operacionais e estratégicas da Instituição. Alinhada às melhores práticas de mercado, a política tem por objetivo contribuir para a sustentabilidade financeira da Fundação, fortalecendo os mecanismos de controle, prestação de contas e conformidade com os normativos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira apresentava, aproximadamente, a seguinte distribuição: 43% em títulos públicos, 20% em CDBs, 25% em letras financeiras, 10% em debêntures e CRAs e 0,2% em fundos de renda fixa. A carteira encontra-se diversificada em aproximadamente 50 posições, sem concentração individual relevante por emissor, sendo que os cinco principais emissores representam, em conjunto, cerca de 60% do saldo total investido. Adicionalmente, a Fundação observa limites internos de alocação por contraparte e, quando aplicável, os limites de cobertura

previstos para instrumentos garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A Administração monitora continuamente os riscos associados a seus instrumentos financeiros, com ênfase em risco de crédito, liquidez e mercado. O risco de crédito é considerado reduzido, em razão da predominância de ativos soberanos e de instrumentos emitidos por instituições com elevado nível de classificação de risco, observados limites internos de exposição por emissor. O risco de liquidez é gerenciado mediante a manutenção de parcela relevante da carteira em ativos com vencimento de curto prazo e elevada liquidez, compatíveis com as necessidades operacionais da Fundação. O risco de mercado decorre, substancialmente, das oscilações nas taxas de juros, índices de inflação e demais variáveis que afetam a precificação dos ativos. A segregação entre circulante e não circulante observa o prazo contratual de vencimento dos respectivos instrumentos. Quando aplicável, a Fundação poderá utilizar instrumentos derivativos, inclusive operações de swap, exclusivamente com a finalidade de gerenciamento de risco e proteção econômica de exposições identificadas, em consonância com sua política de investimentos e com seu perfil conservador de risco.

Para mais detalhes, a íntegra do documento pode ser consultada em: FINATEC. Política de Investimentos Financeiros – 2024. Brasília: Finatec, 2024.

Disponível em:

https://www.finatec.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Politica-de-Investimentos-Financeiros_Finatec_2024.pdf

5. CRÉDITOS A RECEBER

5.1 CRÉDITOS - SEM RESTRIÇÃO:

Descrição	2025	2024
Clientes	3.174.104,24	3.205.098,72
Clientes Vencidos e não Liquidados (I)	(3.097.925,00)	(3.097.925,00)
Total - II	76.179,24	107.173,72

(I) A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto de longa data que totalizavam R\$ 3.097.925,00. Para tanto, foram ajuizadas ações para recuperação dos valores não recebidos por serviços prestados pela Fundação.

Em decorrência do encerramento dos Projetos em exercícios anteriores, os valores foram reclassificados para esse grupo e devida as remotas possibilidades de realização foi procedido o reconhecimento de Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

5.1.1 CRÉDITOS - SEM RESTRIÇÃO (RECONHECIMENTOS DAS PERDAS)

Descrição	2025	2024
Clientes	3.097.925,00	3.097.925,00
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	693.600,00	693.600,00
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	608.625,00	608.625,00
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	605.250,00	605.250,00
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	592.800,00	592.800,00
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	304.650,00	304.650,00
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	110.000,00	110.000,00
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	105.000,00	105.000,00
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	75.000,00	75.000,00
(-) Clientes Vencidos e Não Liquidados	(3.097.925,00)	(3.097.925,00)
Total	0,00	0,00

5.2 CONTAS A RECEBER

São registrados os valores a receber provenientes das seguintes operações:

Descrição	2025	2024
Adiantamento Para Projetos	1.234.825,82	1.072.558,05
Outros Créditos - Cursos	17.467,26	15.489,23
Reembolsos - Projetos a Receber	242.921,80	295.044,47
Contas a Receber	1.495.214,88	1.383.091,75

(II) A Finatec faz a gestão de contratos de estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, cujos financiadores amparados pelo §3º, do Art. 20 da Lei 13.243/2016, estabelecem que, o pagamento decorrente da contratação serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados no projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado promoverá o aporte da parcela devida, incluindo a parcela referente as Despesas Operacionais e Administrativas da Fundação.

6. ADIANTAMENTOS REALIZADOS – DIVERSOS

Descrição	2025	2024
Adiantamentos - Funcionários	102.697,32	93.743,45
Adiantamentos - Fornecedores Nacionais (III)	3.779.209,43	1.334.083,06
Adiantamentos de Viagem	92.100,00	0,00
Adiantamentos - Fornecedores Internacionais (IV)	10.867.321,23	11.315.179,15
Total	14.841.327,98	12.743.005,66

(III) Considerando as características de orçamento e prazo dos projetos, a modalidade de adiantamento a fornecedores nacionais visa garantir a priorização e disponibilidade dos produtos junto ao fornecedor.

(IV) Existem projetos com previsão de aquisição de material importado como parte dos insumos para pesquisa, em conformidade com a Lei nº 8.010/1990. Tais importações, são realizadas por meio de pagamentos antecipados aos fornecedores internacionais, com respectiva baixa após o processo de desembaraço aduaneiro e apresentação dos documentos que comprovem a conformidade do recolhimento de impostos e pagamento de tarifas.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

7.1 - IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS SEM RESTRIÇÃO

Descrição	2025	2024
INSS a Recuperar	9.230,58	9.230,58
Outros Tributos	239.228,29	239.228,29
PIS a Recuperar	70,93	70,93
Total	248.529,80	248.529,80

7.2 IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS COM RESTRIÇÃO

Descrição	2025	2024
Outros Tributos	22.572,95	22.572,95
Total	22.572,95	22.572,95

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	2025	2024
Depósito Judicial	940,54	940,54
Total	940,54	940,54

Em revisão de nota explicativa anteriormente divulgada, a Administração identificou que o valor de R\$ 940,54, originalmente descrito como depósito judicial tributário vinculado à Medida Cautelar Preparatória da Ação Anulatória de Débito Tributário, não possui essa natureza. Após reanálise dos registros e documentos de suporte, verificou-se que referido montante corresponde, na realidade, a bloqueio judicial incidente sobre a conta corrente nº 437.692-7, mantida no Banco do Brasil, decorrente do Processo nº 06.147/04, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, ocorrido no exercício de 2004. Dessa forma, a informação anteriormente apresentada foi retificada, para refletir adequadamente a natureza e a origem do saldo registrado em depósitos judiciais.

9. TERRENOS

Descrição	2025	2024
Terreno - Lote 200 - Águas Claras	26.956.665,92	26.956.665,92
Terreno - Lote 200 - Águas Claras	23.024.198,72	23.024.198,72
Total	49.980.864,64	49.980.864,64

Os terrenos de propriedade da Fundação, localizados em Águas Claras (DF), são classificados como propriedades para investimento, uma vez que são mantidos com a finalidade de obtenção de receitas por meio de locação, cujos ingressos são destinados ao financiamento de suas atividades institucionais. O valor justo dessas propriedades foi determinado com base em avaliações elaboradas pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, consubstanciadas nos Laudos Técnicos nº 10.955/2024 e nº 10.956/2024, preparados de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A depreciação do Ativo Imobilizado é reconhecida pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos bens, adotando-se os seguintes prazos: 50 anos para edifícios, 10 anos para móveis e utensílios, 5 a 10 anos para máquinas, equipamentos e veículos, e 3 a 5 anos para equipamentos de processamento de dados, não se aplicando depreciação a terrenos classificados como propriedades para investimento.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a movimentação do Ativo Imobilizado registrou saldo inicial de R\$ 1.369.549 mil, aquisições de R\$ 3.042.052 mil, baixas de 105.167 mil, depreciação acumulada de R\$ 494.188 mil e saldo final de R\$ 3.812.245 mil, sem transferências relevantes entre classes ou constituição de provisões adicionais por redução ao valor recuperável.

Em 31/12/2025, o acervo patrimonial compreendia 22.026 itens, sendo 3.439 vinculados à administração da Fundação e 18.587 a projetos com restrições de uso; bens totalmente depreciados mantêm-se registrados e operacionais enquanto capazes de gerar benefícios econômicos futuros, não havendo ativos imobilizados em andamento relevantes.

10.1 ADMINISTRAÇÃO – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Depreciação	Líquido
Edificações	899.672,95	494.191,90	0,00	307.342,11	1.086.522,74
Móveis e Utensílios	111.651,97	270.910,90	4.520,00	29.573,31	348.469,56
Máquinas e Equipamentos	90.499,56	93.786,86	19.015,00	22.682,16	142.589,26
Veículos		179.198,49	53.658,29	24.063,02	101.477,18
Equipamentos e Processamento de Dados	266.916,77	414.324,21	27.973,75	110.528,05	542.739,18
Intangível	808,00	1.589.640,00	0,00	0,00	1.590.448,00
Total	1.369.549,25	3.042.052,36	105.167,04	494.188,65	3.812.245,92

10.2 PROJETOS - COM RESTRIÇÃO

Os bens adquiridos com recursos de projetos restringidos seguem destinação contratual, inclusive quanto à eventual transferência de propriedade ao final da execução, conforme ITG 2002 (R1).

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Líquido
Móveis e Utensílios	3.406.022,46	2.340.008,53	1.307.649,32	4.438.381,67
Máquina e Equipamentos	65.965.037,49	27.252.106,76	127.476,70	91.943.667,55
Veículos	20.000,00	2.385.390,98	0,00	2.405.390,98
Equipamentos e Processamentos de dados	12.210.545,75	5.904.545,74	2.285.050,87	15.830.040,62
Biblioteca	17.570,30	0,00	0,00	17.570,30
Intangível	0,00	14.200,00	0,00	14.200,00
Total	81.619.176,00	37.896.252,01	4.866.176,89	114.649.251,12

11. FORNECEDORES

Esta conta refere-se as obrigações que à Fundação tem na liquidação financeira de gastos realizados, são reconhecidas através de contratos e/ou documentos fiscais para amortização em períodos subsequentes. O saldo da conta é composto por:

Descrição	2025	2024
Fornecedores - Pessoa Jurídica - Sem Restrições	2.667.042,65	1.986.340,28
Fornecedores - Pessoa Jurídica - Com Restrições	3.450.911,51	2.106.985,10
Total	6.117.954,16	4.093.325,38

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Referem-se às provisões para os pagamentos decorrentes das obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício, autônomos e bolsistas, cujos valores já foram reconhecidos no resultado do exercício.

Descrição	2025	2024
Consignações de funcionários a pagar	15.587,45	13.829,09
Salário a pagar	19.160,71	6.037,92
Rescisão Trabalhista a Pagar	0,00	2.664,05
Provisões de Férias	809.900,23	710.285,84
INSS sobre provisões de Férias	206.524,07	181.122,41
FGTS sobre provisão de Férias	64.432,32	56.665,92
PIS sobre provisão de férias	8.098,54	7.102,38
Obrigações s/Prestação de Serviços	61.340,73	56.066,57
Impostos a Recolher	406.477,78	375.731,45
Total	1.591.521,83	1.409.505,63

13. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Até a data de encerramento das demonstrações contábeis, não houve decisões definitivas relacionadas aos processos judiciais em andamento relacionados abaixo. De acordo com os pareceres emitidos pelas Assessorias Jurídicas, tais ações foram classificadas com risco de perda possível, não sendo possível determinar, com razoável grau de certeza, a probabilidade de êxito ou insucesso.

Dessa forma, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e considerando o grau de incerteza envolvido, não foram reconhecidas provisões contábeis para eventuais perdas, uma vez que tais passivos contingentes não atendem aos requisitos para reconhecimento contábil. No entanto, a Fundação segue monitorando continuamente esses processos para avaliar eventuais impactos financeiros futuros.

Processo	Classificação de Risco	Valor
0020064.63.2010.8.19.0038	Possível	1.246.500,00
0039456-80.2009.8.26.0053 (V)	Possível	9.370.000,00
0733481-40.2020.8.07.0001	Possível	124.000,00
5027402.35.2018.8.13.0702	Possível	127.765,39
2008.1.112111-6	Possível	145.960,34
1000345.36.2018.4.01.3400	Possível	Sem Valor
1071073-34.2020.4.01.3400	Possível	Sem Valor
0000177-56.2025.5.10.0010	Possível	Sem Valor
0050847-77.2008.8.17.0001 (VI)	Possível	19.726.240,00
0718076-22.2024.8.07.0001	Possível	33.301,39
0004307-26.2014.4.01.3400 (VII)	Possível	2.545.505,37
10.984.42.61.202.4.4.01.34.00	Possível	266.638,86
Total		33.585.911,35

(V) A Finatec foi contratada pelo Município de São Paulo para prestar serviço de modernização administrativa ao Município de São Paulo. Após a entrega dos serviços, e mesmo com a comprovação da execução das atividades contratadas, o Município de São Paulo ingressou com ação em desfavor da Fundação ao argumento de que o serviço não foi prestado e solicitou a condenação e devolução dos valores pagos durante a vigência do contrato. O processo foi anulado pelo STJ, favorecendo a Finatec, e atualmente aguarda a conclusão da instrução processual em primeira instância, para um novo julgamento (ainda sem previsão de data).

Atualização: Processo foi julgado procedente em primeira instância.
Aguarda o julgamento de apelação interposto pela Finatec.

(VI) A Finatec foi contratada pelo Município de Recife para prestar serviço de modernização administrativa. O Ministério Público do Estado de Pernambuco entrou com ação civil pública objetivando a nulidade do contrato administrativo, ao argumento de que a Fundação não reunia as condições para ter sido contratada diretamente pelo Município (sem licitação). Por conta dessa alegada nulidade, o MPPE pede a anulação do contrato com a devolução de todos os valores pagos na vigência do contrato. Atualização: Após o encerramento da instrução processual, o Ministério Público juntou acórdão que condenava o Prefeito Municipal e outros agentes públicos pela contratação da Finatec com dispensa de licitação. Contudo, foi identificado acórdão posterior do TJPE absolvendo os referidos agentes por ausência de dolo específico. Foi protocolada petição juntando aos autos o acórdão absolutório, favorável à Finatec. O processo segue em andamento.

(VII) A FINATEC ajuizou ação judicial visando à desconstituição de crédito tributário de INSS, em trâmite na 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). Em primeira instância foi proferida sentença de improcedência, contra a qual a FINATEC interpôs recurso de apelação. O recurso foi provido, reconhecendo o direito da Fundação. O processo encontra-se em fase de manifestação da União, para posterior devolução do valor à Finatec.

Processo	Classificação do Risco	Valor
0173542-61.2003.5.03.0029 (VIII)	Provável	18.240,00
Total		18.240,00

(VIII) Um processo judicial foi classificado com risco de perda provável, resultando na constituição das respectivas provisões, conforme demonstrado.

14. OBRIGAÇÕES E PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2025	2024
ISSQN- Próprio a Recolher	22.881,35	24.578,16
PIS - Processo 10166-00.915/03-37 - Circulante	0,00	92.486,00
COFINS a Recolher (ix)	794.140,54	941.705,03
Total	817.021,89	1.058.769,19

(IX) As contribuições ao PIS e à COFINS incidem sobre a receita bruta auferida com aplicações financeiras sem restrição, em conformidade com o fato gerador previsto no art. 195, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, bem como com as disposições das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003. No âmbito da Fundação, o recolhimento dessas contribuições encontra-se, atualmente, restrito a essa natureza de receita.

No que se refere às receitas de locação de espaços, embora a COFINS tenha como fato gerador a receita bruta decorrente dessa atividade, a Administração entende que subsiste controvérsia jurídica quanto à incidência da contribuição sobre receitas auferidas por entidades sem fins lucrativos, especialmente quando tais receitas constituem meios necessários ao financiamento e à consecução de suas finalidades institucionais.

Em decorrência desse entendimento, a Fundação não efetua, na presente data, o recolhimento da COFINS nem constitui provisão sobre as receitas de locação de espaços. Não obstante, a Administração acompanha a evolução da matéria, tendo em vista a existência de incertezas jurídicas decorrentes de entendimentos jurisprudenciais acerca da qualificação de receitas de locação como faturamento para fins de incidência de PIS e COFINS.

15. RECURSOS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO

Os saldos das contas do Passivo denominadas “Recursos de Projetos” e “Receitas Financeiras” representam, respectivamente: os valores recebidos de financiadores para gestão pela Fundação durante a execução dos projetos contratados; e os rendimentos financeiros auferidos a partir da aplicação desses recursos ao longo da vigência dos contratos.

Descrição	2025	2024
Recursos de Projetos	337.910.855,03	175.432.088,41
Receitas Financeiras	89.996.667,22	57.341.884,29
Total	427.907.522,25	232.773.972,70

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é constituído pelas contribuições dos instituidores, doações, legados, reservas e pela incorporação dos superávits ou déficits apurados em cada exercício ao patrimônio social, em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Fundação totalizava R\$ 108.596.765,12, em comparação a R\$ 101.059.566,06 em 31 de dezembro de 2024. Esse montante é composto, substancialmente, pelo patrimônio social, de 2024, e pelo superávit do exercício, no valor de R\$ 7.537.199,06. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram registrados ajustes de exercícios anteriores.

O superávit apurado no exercício de 2025, no montante de R\$ 7.537.199,06, foi inferior ao superávit de R\$ 39.487.689,05 apurado no exercício de 2024. Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento, nos exercícios de 2024 e 2025, de eventos de natureza não recorrente, notadamente relacionados à reavaliação de terrenos, à atualização monetária de ação judicial e à recuperação de tributos, cujos efeitos estão detalhados nas respectivas notas explicativas. Tais eventos impactaram de forma relevante o resultado dos exercícios, especialmente em rubricas de receitas financeiras e outras receitas, afetando a comparabilidade entre os períodos.

Para fins de análise e adequada compreensão do desempenho econômico-financeiro da Fundação, a Administração considera relevante a distinção entre os efeitos recorrentes das operações e os efeitos de natureza não recorrente. Nesse contexto, as receitas decorrentes da prestação de serviços, líquidas de suas deduções, bem como as receitas de aluguéis e demais receitas operacionais, refletem o resultado recorrente associado às atividades ordinárias da Fundação. Por sua vez, os efeitos decorrentes de reavaliações de ativos, êxitos judiciais e recuperações tributárias são considerados não recorrentes, por não representarem o curso normal das operações. A segregação desses efeitos contribui para uma avaliação mais consistente da geração de resultado da Fundação e para maior comparabilidade entre os exercícios.

Descrição	2025	2024
Patrimônio Social	101.059.566,06	59.026.371,64
Superávit/Déficit Acumulados	7.537.199,06	39.487.689,05
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	2.545.505,37
Total	108.596.765,12	101.059.566,06

16.1. SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS

A conta Superávit/Déficit do Exercício representa o resultado apurado no período. Após a aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho Superior, o saldo é incorporado ao Patrimônio Social da Fundação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apurado um superávit de R\$ 7.537.199,06 enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o superávit registrado foi de R\$ 39.487.689,05.

17. RECEITAS

17.1 RECEITAS SEM RESTRIÇÃO

As receitas sem restrição da Fundação compreendem, substancialmente, receitas com serviços prestados, receitas financeiras, receitas de aluguéis e demais receitas operacionais.

Contas	2025	2024
Receitas com Serviços Prestados	19.921.556,63	13.670.958,37
(-) Deduções da Receita (xi)	(37.324,98)	(10.478.844,54)
Receitas Financeiras (xii)	7.851.980,63	10.565.051,90
Receitas de Aluguéis	2.856.619,78	2.428.064,21
Outras Receitas Operacionais	4.334,75	0,00
Receitas não Operacionais	35.000,00	50.509.077,48
Total	30.632.166,81	66.694.307,42

18. RESULTADOS COM RESTRIÇÃO

18.1 RECEITAS COM RESTRIÇÃO

As Receitas com Restrição correspondem ao total de recursos executados pelos Projetos. No exercício de 2025 esse valor representou o montante de R\$ 234.306.504,67. Enquanto no exercício de 2024 o valor foi de R\$ 175.717.197,24.

18.2 DESPESAS COM RESTRIÇÃO

Estas contas referem-se aos valores gastos com a execução dos projetos no exercício de 2025, por categoria de despesa:

Gastos com execução dos Programas	2025	2024
Despesas c/ Pessoal	117.112.959,34	79.670.902,19
Despesas c/ Serviços de Terceiros	44.622.595,65	43.292.709,29
Despesas c/ Material de Consumo	4.921.441,46	3.713.380,88
Despesas c/ Viagens	73,50	0,00
Despesas Operacionais e Administrativas – DOA	19.080.759,00	12.411.366,55
Despesas Financeiras	6.166.252,35	2.997.448,66
Despesas Operacionais – DOP	3.681.274,46	7.071.818,73
Despesas Tributárias	1.457.906,46	1.367.876,43
Despesas com imobilizado	37.263.242,45	25.191.694,51
Total	234.306.504,67	175.717.197,24

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS / ADMINISTRATIVAS

19.1. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Contas	2025	2024
Salários e Ordenados	5.354.581,86	4.810.408,12
Prêmios e Gratificações	14.080,00	0,00
Férias	786.319,65	691.320,48
13º Salário	548.391,50	494.335,79
Anuênio	305.160,61	297.387,42
Diárias	13.890,00	5.760,00
Horas Extras	82.610,76	145.902,10
Rescisão de Contrato de Trabalho	138.456,82	53.413,70
Bolsa de Estágio	143.456,10	99.192,54
Pro Labore	194.940,12	192.800,00
FGTS	796.664,40	537.489,87
INSS Patronal	1.806.726,54	1.644.264,08
PIS sobre Folha	69.155,66	62.900,34
Plano de Saúde	1.077.020,35	1.023.782,17
Plano Odontológico	15.898,00	18.868,85
Medicina e Segurança de Trabalho	17.928,48	2.861,47
Vale Transporte	68.619,28	46.649,16
Ensino e Treinamento	66.488,40	9.487,10
Seguro de Vida	21.221,30	21.234,89
Alimentação	1.649.536,26	1.230.378,47
Bolsa de Estudo	18.027,31	11.248,90
Despesas Judiciais	5.600,00	33.187,39
Total	13.194.773,40	11.432.872,84

19.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Contas	2025	2024
Despesas com Água e Esgoto	89.531,98	70.558,93
Despesas com Energia Elétrica	273.195,95	289.219,07
Despesas com Serviços de Telecomunicação	60.246,19	73.410,85

Despesas com Eventos	627.593,67	770.824,97
Despesas com Seguro Predial	5.406,18	4.640,67
Despesas com Veículos	2.275,78	3.963,00
Outras Despesas	128.894,91	52.357,42
Total	1.187.144,66	1.264.974,91

19.3. DESPESAS COM MATERIAIS

Contas	2025	2024
Materiais de Uso e Consumo	589.696,49	329.488,99
Combustíveis e Lubrificantes	18.489,78	13.553,93
Total	608.260,27	343.042,92

19.4. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Contas	2025	2024
Despesas com Organização de Eventos	101.368,10	61.989,00
Consultoria e Assessoria	1.511.314,05	1.740.566,22
Serviços Postais	8.142,91	12.054,03
Despesas Cartoriais e Processuais	0,00	1.139,21
Promoção e Publicidade	6.574,52	7.174,50
Serviços Gráficos e Reprográficos	88.152,23	57.147,54
Serviços Advocatícios	54.000,00	507.217,40
Frete e Armazenagem	63.698,00	66.237,77
Manutenção, Conservação e Segurança de Instalações	1.837.300,62	1.461.950,17
Transporte e Condução	0,00	242,00
Auditoria, Contabilidade e Perícia	99.922,00	86.000,00
Informática e Processamento de Dados	1.144.540,31	978.882,26
Serviços de Engenharia & Arquitetura	0,00	308.498,00
Médicos, Hospitalares e Laboratoriais	0,00	14.272,15
Análises Técnicas	0,00	40.984,00
Softwares	38.187,38	0,00
Despesas c/ Serviços de Terceiros - PF	7.556,42	3.470,30
Despesas c/ Serviços de Terceiros - PJ	295.481,03	338.406,95
Reforma das Instalações	345.495,94	0,00
Total	5.601.733,51	5.686.231,50

19.5. DESPESAS COM FOMENTO E APOIO

As despesas com fomento e apoio compreendem recursos aplicados pela Fundação em ações aderentes às suas finalidades estatutárias de promoção e apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, inclusive por meio do apoio à execução de iniciativas de interesse institucional da Universidade de Brasília – UnB.

Contas	2025	2024
Fomento (x)	291.618,13	309.223,31
Apoio a Eventos (xi)	16.582,00	0,00
Apoio a UnB (xii)	278.129,39	0,00
Fundo de Apoio (xiii)	20.000,00	0,00
Total	606.329,52	309.223,31

(X) Despesas com fomento correspondem aos valores aplicados no âmbito do Edital de Fomento Finatec nº 001/2025, de fluxo contínuo, destinado ao apoio de ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por docentes da Universidade de Brasília (UnB), desde que caracterizadas como de interesse institucional da IFES e previamente aprovadas pelas respectivas Unidades Acadêmicas, Reitoria ou Decanatos, conforme aplicável. Os recursos destinados a essa finalidade são provenientes da receita financeira da Fundação, com previsão orçamentária aprovada pelo Conselho Superior, e sua execução observa critérios formais de solicitação, deliberação, limites financeiros, celebração de instrumento específico e prestação de contas. As despesas apoiadas compreendem, entre outras, gastos com locomoção, passagens, inscrições, material, insumos, equipamentos e contratação de serviços, sendo vedada sua utilização para pagamento de bolsas, remunerações ou atividades administrativas rotineiras da entidade apoiada;

(XI) Concessão de apoio financeiro, em parcela única e valor fixo, para participação presencial de docentes da UnB em eventos científicos nacionais e internacionais;

(XII) As despesas com apoio à UnB referem-se aos aportes realizados pela Fundação com vistas a contribuir para a execução de iniciativas institucionais vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília, compreendendo ações de suporte técnico, acadêmico e de infraestrutura, em consonância com os objetivos estratégicos da Universidade e com as finalidades estatutárias da Finatec.

(XIII) No exercício, a Fundação formalizou Termo de Doação com Encargo em favor do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES, no valor total de R\$ 20.000,00, com a finalidade exclusiva de apoiar financeiramente a reforma, readequação e ampliação das salas que compõem a sede da entidade em Brasília/DF.

A doação possui destinação específica, sujeita à prestação de contas pelo donatário, mediante apresentação de notas fiscais, recibos e demais comprovantes de aplicação dos recursos, podendo ser objeto de revogação em caso de descumprimento do encargo estabelecido.

19.6 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

No exercício de 2025, não foram identificadas perdas ou glosas com impacto material sobre as demonstrações contábeis, sendo os valores registrados relacionados a perdas diversas e glosas de projetos de menor relevância.

20. APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em consonância com a ITG 2002 (R1), cujo Apêndice A apresenta modelo ilustrativo de demonstrações contábeis para entidades sem finalidade de lucros, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Fundação contempla a evidenciação segregada dos recursos com restrição e dos recursos sem restrição. Tal apresentação é consistente com a natureza das operações da Fundação, na medida em que parcela relevante dos saldos de caixa e equivalentes de caixa refere-se a recursos vinculados à execução de projetos e convênios, cuja utilização observa destinação específica e, portanto, não está disponível para uso geral da Administração.

Adicionalmente, em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) e com a NBC TG 03 (R3), a Administração esclarece que os saldos relevantes de caixa e equivalentes de caixa sujeitos a restrições legais ou contratuais são apresentados de forma destacada, de modo a permitir adequada compreensão sobre sua disponibilidade financeira. Assim, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é demonstrada de forma segregada entre recursos com restrição e recursos sem restrição, refletindo, de um lado, os valores vinculados à execução dos projetos e, de outro, os recursos livres destinados à manutenção das atividades operacionais e administrativas da Fundação.

- **Recursos Com Restrição** – Fluxo de Caixa Positivo de R\$ 163.695.342,54 no exercício de 2025, motivado pelo recebimento de Recursos vinculados aos Projetos/ Convênios firmados, cuja utilização possui restrições e não podem ser utilizados para suportar gastos vinculados à Administração.

- **Recursos Sem Restrição** – O fluxo de caixa líquido negativo da Fundação, no montante de R\$ 2.481.645,14, decorreu, preponderantemente, da aplicação de recursos próprios em ativos classificados no não circulante sem restrição, notadamente em imobilizado e intangível. Tal movimentação está refletida no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2025, no qual esses grupos totalizam R\$ 3.812.245,92, em comparação a R\$ 1.369.549,25 em 31 de dezembro de 2024, evidenciando incremento relevante no período.

Adicionalmente, a Fundação ampliou sua escala de atuação no exercício, passando de 507 projetos em execução em 2024 para 620 projetos em 2025, o que representa crescimento de 22,2%.

Nesse contexto, a redução de caixa observada no exercício deve ser analisada em conjunto com a expansão das atividades institucionais, não representando, por si só, deterioração da liquidez operacional recorrente, mas, substancialmente, a alocação de recursos em ativos de natureza permanente destinados ao fortalecimento da estrutura operacional e administrativa necessária ao suporte do crescimento das operações da Fundação.

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

21.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do recolhimento dos tributos federais incidentes sobre seu Superávit de acordo com o artigo 184 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22/11/2018 e o Artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

21.2 PIS/COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

22. SEGUROS

A Fundação mantém uma política de contratação de seguros alinhada à proteção de seus ativos, considerando os riscos específicos do setor, a localização, o porte da instituição e as exigências regulatórias aplicáveis. As apólices contratadas abrangem coberturas essenciais para a mitigação de riscos patrimoniais e operacionais, garantindo a continuidade das atividades institucionais. Dentre os seguros contratados, destacam-se:

- Seguro Empresarial: Abrange a proteção do patrimônio físico da instituição, incluindo edificações, equipamentos e demais ativos, garantindo cobertura contra incêndios, danos elétricos, roubos, entre outros eventos que possam comprometer a integridade dos bens.
- Seguro para Frota de Veículos: Assegura a proteção dos veículos utilizados nas atividades institucionais, abrangendo cobertura contra colisões, furtos, roubos e danos a terceiros.
- Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O – Directors and Officers Liability Insurance): Destinado à proteção dos administradores e gestores da instituição contra riscos decorrentes de decisões tomadas no exercício de suas funções, resguardando-os de eventuais responsabilidades civis e custos jurídicos associados.

As coberturas contratadas são revisadas periodicamente para assegurar que os montantes segurados sejam adequados às necessidades institucionais, garantindo proteção patrimonial e minimização de impactos financeiros em caso de sinistros.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não tivemos conhecimento de nenhum evento subsequente com repercussão futura que influenciasse as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Prof. Daniel Monteiro Rosa

Diretor – Presidente
CPF: 450.720.272-87

Luciana Martins Costa

Contador CRC - DF 028196/O-0



@FINATECOFICIAL